

Tratamento diferenciado para os credores das instituições nacionais

por Claudia Safatle
de Brasília

O acordo, em princípio, fechado ontem entre o governo brasileiro e o comitê de bancos credores, não envolve os bancos brasileiros, também credores externos do País, que tem a receber US\$ 6,4 bilhões. Os bancos brasileiros, e o Banco do Brasil é dessa lista o maior credor, deverão ter um tratamento diferente dos cerca de seiscentos credores internacionais privados, embora obedecendo a parâmetros básicos do acordo acertado ontem com o comitê assessor, em Nova York.

Essas informações foram dadas pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, em entrevista ontem, no Palácio do Planalto. Ele disse que, tão logo se conclua os trabalhos de elaboração do "term-sheet" —, que representa um pré-contrato — os negociadores brasileiros se dedicarão à reestruturação da dívida junto aos bancos domésticos. "Mas ao longo da negociação, fomos conversando com eles.

Eles não estão à margem do processo", disse o ministro.

Embora exista uma cláusula do contrato de reestruturação, de que não se pode dar tratamento diferenciado demais a outro grupo de credores, há uma margem para beneficiar os bancos brasileiros. O ministro explicou, também, que só foi possível induzir os bancos alemães a concordar com os termos do "acordo em princípio" a partir do compromisso do governo brasileiro de examinar "problemas específicos". Os bancos alemães não queriam aderir ao acordo sem uma solução para "questões relativas às cláusulas de conversão", disse o ministro. "Nós dissemos a eles que o acordo em princípio traz as cláusulas de natureza geral. Mas havendo problemas específicos de cada banco, não nos recusamos a examinar. Afinal, cada um dos seiscentos bancos credores tem seu caderno de queixas específicas e não poderíamos resolver isso numa negociação global, concluiu.